

## 10º PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA

APLICAÇÃO: 28/03/2010

---

### INSTRUÇÕES

---

- Para seu melhor desempenho, procure **utilizar bem o tempo de prova**;
- Verifique se esta prova contém 50 questões objetivas e uma questão dissertativa;
- Para cada questão objetiva existe apenas uma assertiva correta;
- Somente será considerada para correção a folha de resposta;
- **Marque na folha de resposta** apenas uma letra para cada questão, preenchendo-a com caneta esferográfica preta ou azul; mais de uma letra preenchida implicará anulação da questão;
- **Não haverá substituição da folha de respostas**;
- Não é permitida qualquer consulta;
- A resolução das questões objetivas e da dissertação, bem como o preenchimento da folha de resposta, deverão ser realizados no prazo total de 04 (quatro) horas;
- Este caderno de questões deve ser entregue ao final da prova.

**10º PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EM DIREITO**

**PROVA SUBJETIVA**

**Segundo a Teoria Geral do Processo, discorra, em até 20 (vinte) linhas sobre o que venha a ser:**

- **Jurisdição;**
- **Processo;**
- **Procedimento.**

**Obs.:** Caro candidato, o que for escrito a partir da 21ª (vigésima primeira) linha não será considerado. Lógica no desenvolvimento do texto e boa redação serão avaliadas.

Rascunho

### LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa onde o sinal da crase está **corretamente** colocado:

- A) Esclareceu a todos que voltaria à Porto Alegre.
- B) Retornamos à casa na noite anterior.
- C) Ficamos frente à frente na semana passada.
- D) Dirigiu-se à casa do zelador e solicitou que recolhesse o lixo.

2. Assinale a alternativa que contém o emprego **incorreto** dos porquês:

- A) Ele está rindo sem saber por quê.
- B) Quero saber por que não conheceram meu recurso.
- C) As avenidas por que passei estavam iluminadas.
- D) Senhor, porque me abandonastes?

3. Assinale a alternativa que contém a concordância nominal **incorreta**:

- A) Remeto-lhe anexa a decisão solicitada.
- B) Vocês já estão quites com o fisco?
- C) É meio-dia e meio.
- D) Apresentou razões bastantes para a absolvição.

4. Assinale a alternativa que contém a concordância verbal **incorreta**:

- A) É necessário que se procedam a novas investigações.
- B) Bateram sete horas no relógio da igreja.
- C) Foram vocês quem o ensinou a peticionar.
- D) Não se aceitam fotocópias da inscrição.

5. Assinale a alternativa que contém a concordância nominal **correta**:

- A) Já estou quite com as minhas obrigações eleitorais.
- B) Os fiscais ficaram alertas durante as provas.
- C) Anexas remetemos a Vossa Senhoria a relação dos pareceres solicitados.
- D) Nós não estamos só neste hotel.

### DIREITO CIVIL

6. Considere as assertivas abaixo sobre domicílio:

- I - A pessoa Natural tem por domicílio a residência com ânimo definitivo.
- II - Será considerado domicílio da pessoa natural qualquer das residências em que viva alternativamente.
- III - O domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, é o lugar onde se encontra.

Quais são **corretas**?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e III.
- D) I, II e III.

7. Assinale a assertiva **correta** sobre bens.

- A) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- B) Os bens de uso comum do povo são, por exemplo, rios, mares, praças, ruas e estradas, exceto quando houver retribuição por sua utilização.
- C) Os bens públicos dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real.
- D) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

8. O direito à sucessão aberta, os direitos de caráter patrimonial e os direitos reais sobre objetos móveis são, para os efeitos legais, considerados bens

- A) Imóveis.
- B) Imóvel, móvel e móvel, respectivamente.
- C) Móvel, imóvel e imóvel, respectivamente.
- D) Imóvel, imóvel e móvel, respectivamente.

9. São **absolutamente incapazes** de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- A) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- B) Os que, por deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento.
- C) Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- D) Os maiores de 16 (dezesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos.

10. Com base nas disposições gerais sobre negócio jurídico, assinale a assertiva **correta**.

- A) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- B) A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos visando a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a cinquenta vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- C) A validade da declaração de vontade independe da lei.
- D) Na declaração de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nela consubstanciada.

11. Assinale a assertiva **correta** sobre compra e venda.

- A) A compra e a venda pode ter por objeto coisa inexistente no momento da conclusão do contrato.
- B) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro que os contratantes designarem. Se o terceiro não aceitar a incumbência, nem os contraentes acordarem em designar outra pessoa, caberá ao juiz fixá-lo.
- C) A fixação do preço pode ser deixada para uma das partes.
- D) Assiste preferência legal ao condômino preterido na venda de bem divisível pelo outro proprietário, nas mesmas condições.

12. Considere as assertivas abaixo sobre mandato.

- I - A outorga do mandato por instrumento público pode substabelecer-se por instrumento particular.
- II - O poder de transigir importa o de firmar compromisso.
- III - O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado pode ser mandatário.

Quais são **corretas**?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e III.
- D) I, II e III.

13. Tomando por base o tema “contrato de seguro”, considere as assertivas abaixo.

- I - Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante pagamento do prêmio, a garantir interesses legítimos do segurado, relativos a pessoa ou a coisa, contra riscos determinados.
- II - O contrato de seguro prova-se com a exigibilidade da apólice ou do bilhete do seguro e, na falta deles, por documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio.
- III - Anulável será o contrato para garantia de riscos proveniente de ato doloso do segurado, do beneficiário ou de representante de um ou de outro.

Quais são **corretas**?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) I, II e III.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

14. Considere as seguintes assertivas a respeito do Ministério Público no Processo Civil.

- I - Compete ao Ministério Público intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural.
- II - Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes.
- III - O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.
- IV - O Ministério Público não será intimado de todos os atos do processo, devendo sua a intimação limitar-se aos atos decisórios ou passíveis de acarretarem prejuízo às partes.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro está **correto** o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I e IV.
- D) I e III.

15. De acordo com o princípio da demanda, nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando provocado pela parte ou por interessado. Considerando tal premissa, assinale a assertiva **incorreta**:

- A) Somente é possível ao réu deduzir pedido, circunstância que aumenta os limites objetivos do processo, se o fizer na forma de ação.
- B) Constitui exceção ao princípio da demanda iniciativa oficial que permite ao juiz de ofício instaurar o processo, como no caso da herança jacente.
- C) Na sistemática do Código de Processo Civil, a petição inicial, onde o autor formula a pretensão, é considerada o instrumento da demanda, cujo teor delimita o objeto do litígio e fixa os parâmetros da atividade jurisdicional na decisão, obedecendo a outro princípio, o da adstrição ou congruência.
- D) Nas questões de ordem pública, onde incide o princípio inquisitório, não prevalece o princípio da demanda e ao juiz é permitido o exame de ofício.

16. Considerando que a revelia é a falta de resposta do réu ao pedido formulado pelo autor, assinale a assertiva **correta**.

- A) Ocorrendo a revelia, onde os fatos deduzidos na inicial são presumivelmente verdadeiros, o juiz deverá conhecer diretamente do pedido e pronunciar julgamento de mérito acolhendo a pretensão inicial.
- B) A revelia não produz efeito quando, havendo pluralidade de réus em litisconsórcio necessário, algum deles oferecer contestação.

- C) Vencido o prazo da resposta sem contestação e configurados os efeitos da revelia, o autor em nenhuma hipótese poderá modificar o pedido.
- D) Não ocorre revelia se o réu, no prazo da resposta, apresentar somente reconvenção.

17. Uly é caseiro da casa de propriedade de João, localizada no Condomínio Azul, na cidade Tricolor dos Pampas. João está sem pagar as despesas condominiais há cinco meses. O Condomínio Azul está cobrando essas despesas de Uly. Neste caso, Uly deverá

- A) Chamar ao processo João no prazo da defesa e, se deferido o pedido, o processo será suspenso e será determinada a citação de João.
- B) Denunciar a lide e requerer a citação de João no prazo para contestar, bem como a imediata suspensão do processo.
- C) Nomear à autoria João no prazo da defesa e, se deferido o pedido, o processo será suspenso e mandará ouvir Condomínio Azul no prazo de dez dias.
- D) Nomear à autoria João no prazo da defesa e, se deferido o pedido, o processo será suspenso e o juiz mandará ouvir o Condomínio Azul no prazo de cinco dias.

18. Assinale a alternativa **correta**.

O ônus da impugnação especificada nos fatos, **não se aplica**:

- A) Ao absolutamente incapaz.
- B) Ao incapaz como tal declarado judicialmente.
- C) Apenas ao advogado dativo e ao membro do Ministério Público.
- D) Ao advogado dativo, ao curador especial e ao membro do Ministério Público.

19. Estando em dúvida sobre fatos da causa, o juiz, de ofício, determina a produção de prova testemunhal. Essa atitude implica

- A) Violação das regras sobre o ônus da prova.
- B) Manifesto equívoco do magistrado, visto que a decisão pode comprometer sua imparcialidade.
- C) Interferência justificada, desde que necessária à instrução do processo.
- D) Interferência indébita na esfera das partes, pois, pelo princípio disposto, somente a elas cabe dispor da prova.

20. Considere as assertivas abaixo sobre extinção do processo.

- I - O juiz ordenará o imediato arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo que ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.
- II - O juiz ordenará o imediato arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo quando, por não promover os atos e diligências que lhe competirem, o réu abandonar a causa por mais de trinta dias.

III - O juiz extinguirá o processo, sem resolução do mérito, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

Quais são **corretas**?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) I, II e III.

21. Sobre os atos do juiz produzidos no processo, assinale a assertiva **correta**.

- A) Da decisão que encerra o pedido de liquidação cabe agravo de instrumento.
- B) É sentença, sem solução de mérito, o ato que homologa a transação.
- C) A decisão proferida no curso do processo que reconhece a prescrição contra um dos réus, extingue o pedido com solução de mérito e é impugnada mediante recurso de apelação.
- D) Despachos são atos sem conteúdo decisório que visam impulsionar o processo e admitem impugnação por agravo retido.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

22. Sobre os poderes da Administração, considere:

- I - Faculdade que dispõem os chefes de Executivo de explicitar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada em lei.
- II - Poder que dispõe o Executivo de distribuir e escalonar funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro de pessoal.

Estes conceitos referem-se, **respectivamente**, aos poderes

- A) Regulamentar e hierárquico.
- B) Normativo e disciplinar.
- C) Disciplinar e discricionário.
- D) Hierárquico e normativo.

23. No que se refere ao ato administrativo, todas as assertivas abaixo estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) O tombamento é ato administrativo discricionário.
- B) Mérito é o aspecto do ato administrativo que diz respeito à oportunidade e à conveniência.
- C) Revogação é o desfazimento do ato inoportuno ou inconveniente; anulação é o desfazimento do ato por motivo de ilegalidade.
- D) Não é passível de controle judicial.

24. Em matéria de serviço público, é correto afirmar:

- A) Sua execução, em regra, não pode ser objeto de permissão ou autorização.
- B) Pode ser criado por decreto ou portaria administrativa.
- C) A sua prestação é sempre incumbência do estado.
- D) A possibilidade de execução indireta independe da natureza do serviço.

25. Entre o feixe de sanções passíveis de aplicação ao servidor público que pratica ato de improbidade encontram-se

- A) A suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública.
- B) A perda da função pública e a proibição de comerciar.
- C) A perda da função pública e dos direitos políticos.
- D) A suspensão dos direitos políticos e a declaração pública de idoneidade.

26. Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta.

- A) Agente público é apenas aquele que desempenha alguma atividade junto à administração direta do Estado.
- B) A Lei estabelece três categorias de atos ímprobos: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- C) A ação de improbidade abrange apenas os atos da chefia da administração direta.
- D) Somente o servidor público pode praticar atos de improbidade.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

27. Não pode propor ação direta de inconstitucionalidade:

- A) O Procurador-Geral da República.
- B) O Conselho Federal da OAB.
- C) O Advogado-Geral da União.
- D) O Governador do Distrito Federal.

28. A Constituição admite pena de:

- A) Morte.
- B) Caráter perpétuo.
- C) Trabalhos forçados.
- D) Banimento.

29. A alínea “a” do inciso XXXIV do artigo 5.º da Constituição garante ao cidadão o direito de provocar o Poder Público, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. A esse direito atribuiu-se o nome de:

- A) Devido processo legal.
- B) Habeas Data.
- C) Certidão.
- D) Direito de petição.

30. O exercício da garantia constitucional do Habeas Corpus:

- A) Depende da outorga de mandato a advogado.
- B) Pode ser exercido por petição simples, mesmo que apócrifa.
- C) É meio apto a questionar a pena de multa.
- D) Pode ser impetrado em favor da liberdade de terceiros.

31. Dos tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, antes da Emenda Constitucional n.º 45/2004, que versem sobre direitos humanos, segundo a mais recente orientação do Supremo Tribunal Federal, emana caráter:

- A) De lei ordinária.
- B) Supralegal.
- C) De emenda constitucional.
- D) Constitucional Originário.

32. Constitui cargo privativo de brasileiro nato:

- A) Oficial das Forças Armadas.
- B) Senador da República.
- C) Ministro da Justiça.
- D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

33. Sobre o regime constitucional dos servidores públicos é correto dizer:

- A) O servidor público estável só perderá o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado.
- B) Admite-se a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissional de saúde, de qualquer especialidade regulamentada, desde que haja compatibilidade de horário.
- C) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidores públicos serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- D) Para fins de aplicação do limite imposto pela Constituição à remuneração dos servidores públicos, devem ser computados proventos, pensões ou outras espécies remuneratórias, percebidos cumulativamente com a remuneração, bem como as vantagens pessoais e as parcelas de caráter indenizatório previsto em lei.

34. Compete ao Ministério Público:

- A) Promover, privativamente, o inquérito e a ação penal pública, na forma da lei.
- B) A defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos coletivos e individuais indisponíveis, ressalvadas as atribuições da Defensoria Pública.
- C) O exercício do controle externo da atividade policial.
- D) A representação judicial e extrajudicial da União, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

### DIREITO PENAL

35. O conhecido terrorista internacional Obama Bin Laden, com o fim de minar a estabilidade política do Estado do Amapá, decide implantar explosivos no Sambódromo de Macapá e no Marco Zero. Instalados os artefatos e iniciada a contagem regressiva do detonador, ele resolve alterar seus planos, impedindo o resultado lesivo. Nessa hipótese, constata-se:

- A) Desistência voluntária.
- B) Arrependimento eficaz.
- C) Arrependimento posterior.
- D) Crime impossível.

36. Babe Ruth Soares descansava em casa, juntamente com sua esposa, quando sua casa foi invadida por um meliante. Enquanto a cônjuges era ameaçada, Babe busca um taco de beisebol e atinge o criminoso. Enquanto esse se contorcia em dores, Babe, após curta reflexão, decide espancá-lo até a morte com o referido taco, com a certeza de estar em legítima defesa.

Se o juiz competente, entender que o erro é vencível deverá:

- A) Excluir dolo e culpa.
- B) Excluir somente o dolo, persistindo a culpa.
- C) Isentar o réu da pena.
- D) Reduzir a pena de um sexto a um terço.

37. O Código Penal Brasileiro adota:

- A) Quanto ao tempo do crime a teoria da atividade.
- B) Quanto ao tempo do crime a teoria da ubiquidade.
- C) Quanto ao lugar do crime a teoria da atividade.
- D) Quanto ao lugar do crime a teoria do resultado.

38. Não constitui elemento da culpabilidade penal:

- A) A imputabilidade.
- B) A exigibilidade de conduta diversa.
- C) O dolo.
- D) O potencial conhecimento da ilicitude.

39. Tomás e Wilson faziam um cruzeiro pelo triângulo das bermudas, quando o transatlântico começa a afundar. Os dois fogem e encontram juntos um bote para apenas uma pessoa. Inicia-se uma briga, finalizada com uma facada e a morte de Wilson. Após sobreviver ao naufrágio, Tomás deverá:

- A) Ser condenado por homicídio, pois o estado de necessidade não justifica a retirada de uma vida.
- B) Ser absolvido, visto que, no caso, há excludente de culpabilidade, o estado de necessidade.
- C) Ser absolvido, visto que, no caso, há excludente de antijuridicidade, o estado de necessidade.
- D) Ser absolvido, visto que, no caso, há excludente de punibilidade, o estado de necessidade.

40. Não é considerado homicídio qualificado aquele praticado:

- A) Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
- B) Mediante paga ou promessa de recompensa.
- C) De emboscada.
- D) Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

41. Tiãozinho, almejando possuir a bicicleta de Március, desfere-lhe diversas facadas, do que advém a morte. Todavia, não conseguiu subtrair o bem, pois foi atacado por Guga, grande amigo da vítima. Tiãozinho deverá ser denunciado pelo crime de:

- A) Latrocínio tentado.
- B) Latrocínio consumado.
- C) Homicídio tentado.
- D) Homicídio consumado.

42. No que tange ao nexo de causalidade, elemento imprescindível à configuração da conduta típica, o Código Penal adota:

- A) A teoria da causalidade adequada.
- B) A teoria da imputação objetiva.
- C) A teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- D) A teoria da causa direta e imediata.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

43. Sobre os princípios constitucionais do processo penal:

- A) É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os crimes hediondos são insuscetíveis de liberdade provisória.
- B) O direito à ampla defesa é absoluto.
- C) São vedadas, em qualquer hipótese, as provas derivadas de outras provas ilícitas.
- D) A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.

44. No concernente à ação penal e seus princípios:

- A) A ação penal pública deverá ser promovida privativamente pelo Ministério Público, mas condicionada à manifestação do ofendido.
- B) A ação penal será privada sempre que a lei não tratar da legitimidade do Ministério Público para sua proposição.
- C) Tratando-se de ação penal privada, o oferecimento de queixa-crime somente contra um ou alguns dos supostos autores ou partícipes da prática delituosa, com exclusão dos demais envolvidos, configura clara hipótese de violação ao princípio da indivisibilidade, implicando renúncia tácita ao direito de querela.
- D) Diante do princípio da obrigatoriedade da ação penal, cabe ao Poder Judiciário e não ao Ministério Público, como instituição, a última palavra sobre o arquivamento do inquérito policial.

45. Após a resposta do réu, na forma do 396-A, o juiz não o absolverá sumariamente se:

- A) Houver causa de exclusão de antijuridicidade, tal como a legítima defesa.
- B) Houver causa de exclusão de culpabilidade, tal como coação moral irresistível.
- C) Houver causa de exclusão de punibilidade, tal como a prescrição em perspectiva da pena.
- D) O fato narrado não constituir crime, evidentemente.

46. A competência será determinada pela continência, quando:

- A) Duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração.
- B) Se duas ou mais infrações houverem sido praticadas por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.
- C) As infrações houverem sido praticadas por diversas pessoas, umas contra as outras.
- D) Havendo identidade quanto às partes e causa de pedir, a ação de objeto mais amplo abranger as demais.

47. O inquérito policial arquivado por atipicidade da conduta:

- A) Não poderá ser desarquivado.
- B) Poderá ser desarquivado, desde que encontrados indícios de novas provas.
- C) Poderá ser desarquivado, desde que o investigado seja condenado por outro crime.
- D) Poderá ser desarquivado, desde que haja autorização do Procurador-Geral da República.

48. Será admitida a proposta de transação penal, ainda que:

- A) O autor da infração já haja sido condenado à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- B) O crime for praticado com violência ou grave ameaça.
- C) O agente haja sido beneficiado por transação penal nos cinco anos anteriores.
- D) Não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

49. O procedimento comum será sumário quando:

- A) A sanção máxima cominada não for superior a 2 anos.
- B) A sanção máxima cominada for maior que 2 anos e menor que 4 anos.
- C) A sanção máxima cominada for maior que 4 anos e menor que 8 anos.
- D) A sanção máxima cominada não for superior a 4 anos.

50. Acerca das provas no processo penal:

- A) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, salvo se tomada a confissão do acusado.
- B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mostra-se necessária a apreensão e perícia da arma de fogo empregada no roubo para comprovar o seu potencial lesivo, visto que tal qualidade integra a própria natureza do artefato.
- C) No procedimento ordinário, as perguntas deverão ser formuladas pelo juiz à testemunha, facultado às partes complementar a inquirição.
- D) O interrogatório é meio de defesa do réu.